

# О ДІАБЕІТО АСНАДО ИА ЯЦА V. B

ІНТРОДУЦЃДО  
САЇТІСА АДО ДІАБЕІТО  
Д СОНЦІІСАЦЃДО  
Е Д ІНФОРМАЦЃДО



ОАГАІІЗАДОАЕС

JOSÉ GERALDO DE SOUZA JUNIOR

MICHAEL CÉSAR RAMOS

ELEI CRISTINA GERALDES

FERNANDO OLIVEIRA RAUANO

JANARA SOUZA

HELGA MARTINS DE RAÇA

TALITA TATIANA DIAS RAMPINI

VANESSA NEGRAINI

# **O DIREITO ACHADO NA JACA**

**VOLUME B**

**INTRODUÇÃO CRÍTICA AO DIREITO À  
COMUNICAÇÃO E À INFORMAÇÃO**

**ORGANIZADORES E ORGANIZADORAS**

**JOSÉ GERALDO DE SOUZA JUNIOR • MICAEL CÉSAR RAMOS • ELEN GERALDES • FERNANDO  
OLIVEIRA RAUANO • JANAIA SOUZA • HELGA MARTINS DE RAUANO • TALITA RAMOS •  
VANESSA NEGRAU**



# **О ДІЯЕІТО АСНАДО ІА ЯЦА V.В**

**ІІТЯОДЦЅДО СЯІТІСА АО ДІЯЕІТО Д  
СОПЦИІСАЅДО Е Д ІІФОЯПАЅДО**

# **O DIREITO ACNADO NA ЯЦА V.B**

## **ИТЯРОДЦЃО СЯЃТІСА АО ДІЯЕІТО Д СОРЦІСАЦЃО Е Д ІНФОРМАЦЃО**

### **ОРГАНИЗАДОРАС Е ОРГАНИЗАДОРАС**

José Geraldo de Sousa Júnior, Murilo César Ramos, Elen Cristina Geraldес, Fernando Oliveira Paulino, Janara Kalline Leal Lopes de Sousa, Helga Martins de Paula, Talita Tatiana Dias Rampin, Vanessa Negrini.

### **АЦТОРАС Е АЦТОРАС**

Alexandre Bernardino Costa, Ana Iris Nogueira Pacheco, Ana Maria Araújo Freire (Nita Freire), Angélica Peixoto, Antonio Escrivão Filho, Bárbara Lima Vieira, Bia Barbosa, Boaventura de Sousa Santos, Claudia Paiva Carvalho, Cristiano Paixão, Daniel Vitor de Castro, Delcia Maria de Mattos Vidal, Dirlene Santos Barros, Eduardo Gonçalves Rocha, Elizabeth Machado Veloso, Flávio Castro, Francisco Rocha, Gabriel Medeiro Pessoa, Geraldo Miranda Pinto Neto, Gisela Aguiar Wanderley, Gustavo Azevedo, Helena Martins, Humberto Góes, Ísis Menezes Táboas, Jacques de Novion, Janny Carrasco Medina, José Carlos Moreira da Silva Filho, Karenina M. Cabral, Leonardo Luiz de Souza Rezio, Letícia Pereira, Ludmila Cerqueira Correia, Luísa Guimarães Lima, Luísa Martins Barroso Montenegro, Marcela D'Alessandro, Marcelo Barros da Cunha, Marcos Urupá, Milton Carlos Vilas Bôas, Mônica Tenaglia, Natália Oliveira Teles, Olívia Maria de Almeida, Neuza Meller, Patrícia Vilanova Becker, Pedro Andrade Caribé, Roberto Lyra Filho, Rosângela Piovesan, Rosane Freire Lacerda, Sílvia Alvarez, Solange I. Engelmann, Thaís Inácio, Valéria Castanho, Vanessa Galassi, Viviane Brochardt.



Copyright © 2016 by FAC-UnB

**Capas/Fotos** Humberto Góes  
**Diagramação** Vanessa Negrini  
**Revisão** Elton Bruno Barbosa Pinheiro  
**Ficha Catalográfica** Fernanda Alves Mignot (BCE-UnB)  
**Apoio** Daniel Souza Oliveira, Guilherme Aguiar, Luísa Montenegro, Natália Oliveira Teles, Neila Pereira de Almeida, Pedro Ivo, Priscila Augusta Morgado Pessoa, Ricardo Borges Oliveira, Rosa Helena Santos  
**Imagens nas fotos** Bárbara Amaral dos Santos, Guaia Monteiro Siqueira, Mel Bleil Gallo



**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB**  
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,  
Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627  
E-mail: fac.livros@gmail.com

**DIRETOR**

Fernando Oliveira Paulino

**VICE-DIRETORA**

Liziane Guazina

**CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO**

Dácia Ibiapina, Elen Geraldês, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

**CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)**

César Bolaño (UFS), Círcia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti (UFSC).

**CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)**

Delia Crovi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

---

I61 Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação/  
organizadores, José Geraldo de Sousa Junior... [et al.] – Brasília: FAC-  
UnB, 2016.  
455 p.: il.; 21x30cm.  
(Série o direito achado na rua, v.8)

ISBN 978-85-9-3078-06-4

1. Direito - Comunicação. 2. Liberdade de informação. 3.  
Comunicação de massa. 4. Direito Constitucional. 5. Direitos  
Humanos. I. Série. II. Sousa Jr., José Geraldo de.

CDU: 34:301

---

DIREITOS DESTA EDIÇÃO CEDIDOS PARA A FAC-UNB. Permitida a reprodução desde que citada a fonte e os autores.

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	8
---------------------------	---

<b>PARTE I</b> .....	9
----------------------	---

Conceitos e categorias para compreensão do Direito Humano à Comunicação e à Informação sob a perspectiva do Direito Achado na Rua .....	9
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---

Introdução Crítica ao Direito à Informação e à Comunicação na Perspectiva de “O Direito Achado na Rua”   <b>José Geraldo de Sousa Junior, Helga Maria Martins de Paula e Talita Tatiana Dias Rampin</b> .....	10
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

O Direito Humano à Comunicação e à Informação: em busca do tempo perdido   <b>Elen Gerales, Murilo César Ramos, Janara Sousa, Fernando Paulino, Vanessa Negrini, Luiza Montenegro e Natália Teles</b> .....	20
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

A Constituinte e a Reforma Universitária   <b>Roberto Lyra Filho (in memoriam)</b> .....	31
------------------------------------------------------------------------------------------	----

A Democracia difícil: é possível um novo contrato social?   <b>Boaventura de Sousa Santos</b> .....	44
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Acesso à Justiça e a pedagogia dos vulneráveis   <b>Ana Maria Araújo Freire (Nita Freire)</b> .....	69
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Ciência, comunicação, relações de poder e pluralismo epistêmico   <b>Alexandre Bernardino Costa e Eduardo Gonçalves Rocha</b> .....	78
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Comunicação como exercício da liberdade   <b>Antonio Escrivão Filho e Ísis Menezes Táboas</b> .....	88
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	----

<b>PARTE II</b> .....	98
-----------------------	----

Reflexões e trajetórias de luta pelo Direito Humano à Comunicação e à Informação .....	98
----------------------------------------------------------------------------------------	----

<b>MARCO LEGAL</b> .....	99
--------------------------	----

Sociedade da Informação, Direitos Humanos e Direito à Comunicação   <b>Marcos Urupá</b> .....	100
-----------------------------------------------------------------------------------------------	-----

As mudanças no marco regulatório das telecomunicações no Brasil   <b>Elizabeth Machado Veloso</b> .....	111
---------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Rádiodifusão comunitária: das barreiras do processo de outorga à criminalização da prestação irregular do serviço   <b>Gisela Aguiar Wanderley e Marcelo Barros da Cunha</b> .....	137
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

A TV Brasil e o debate conceitual em torno do Artigo 223 da Constituição Federal de 1988   <b>Natália Oliveira Teles</b> .....	144
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Os direitos autorais como expressão de liberdade seletiva no audiovisual | **Pedro Andrade Caribé**  
..... 151

## **COMUNICAÇÃO E GOVERNO**..... 158

O discurso democrático entre governo e esfera pública digital: a construção do portal Dialoga Brasil  
| **Karenina M. Cabral e Francisco Rocha**..... 159

O Direito à Comunicação nos *sites* de rede social: análise das interações mútuas na página do  
Humaniza Redes no *Facebook* | **Leonardo Luiz de Souza Rezio** ..... 172

Os *sites* governamentais na era da transparência e da interatividade: um estudo de caso sobre o  
*site* do Senado | **Valéria Castanho** ..... 183

O acesso à cultura e o reconhecimento dos direitos culturais: experiência cubana | **Janny Carrasco  
Medina** ..... 192

## **DIREITO À INFORMAÇÃO**..... 204

Direito de informar: a participação do cidadão comum | **Delcia Maria de Mattos Vidal**..... 205

Jornalismo e Direitos Humanos: o papel do jornalista na concretização do acesso à informação |  
**Angélica Peixoto e Marcela D'Alessandro**..... 216

As verdades da e na gestão pública: uma leitura da lei de acesso à informação e da comissão  
nacional da verdade | **Dirlene Santos Barros e Mônica Tenaglia**..... 224

Direito à Verdade e Comissões da Verdade: direito de informação sobre graves violações de direitos  
humanos | **José Carlos Moreira da Silva Filho** ..... 235

Direito à informação sobre transgênicos e agrotóxicos | **Viviane Brochart**..... 252

## **COMUNICAÇÃO E MINORIAS** ..... 265

Educação Jurídica Popular e Direito à Comunicação e à Informação: experiências de loucura e  
cidadania | **Ludmila Cerqueira Correia e Olívia Maria de Almeida** ..... 266

TV Universitária e o direito à comunicação e à informação | **Neuza Meller e Flávio Castro**..... 280

Políticas públicas de comunicação e de cultura em uma perspectiva multicultural: desafios para a  
diversidade racial e étnica | **Luísa Martins Barroso Montenegro** ..... 297

Ciberfeminismo e o “Direito Achado na Rede”: o ciberespaço como plataforma de inteligência  
coletiva e enfrentamentos na luta feminista | **Patrícia Vilanova Becker** ..... 306

Rádiodifusão Sonora Comunitária em Terras Indígenas: os obstáculos da colonialidade na legislação  
de RadCom | **Rosane Freire Lacerda**..... 317

<b>COMUNICAÇÃO E GOLPE</b> .....	324
Mídia e a nova metodologia de golpe na América Latina: o caso de Honduras   <b>Sílvia Alvarez e Jacques de Novion</b> .....	325
Cultura, política e moral: as diversas faces da censura na ditadura militar brasileira   <b>Cristiano Paixão e Claudia Paiva Carvalho</b> .....	336
Comunicação e democracia: o impacto da cobertura televisiva nas manifestações de março no Brasil   <b>Vanessa Negrini, Elen Geraldes e Janara Sousa</b> .....	349
<b>COMUNICAÇÃO ACHADA NA RUA</b> .....	365
O Intervenções e a luta dos movimentos sociais pelo direito à comunicação   <b>Bia Barbosa e Helena Martins</b> .....	366
Histórico da comunicação popular e contra-hegemônica do MST   <b>Solange I. Engelmann e Ana Iris Nogueira Pacheco</b> .....	383
Entre Ocupar e Invadir: a disputa midiática sobre o Direito   <b>Geraldo Miranda Pinto Neto</b> .....	396
Resistência e Arte: o teatro do Movimento de Mulheres Camponesas   <b>Ísis Menezes Táboas, Leticia Pereira e Rosângela Piovesan</b> .....	415
Fotografia Achada na Rua: dialética e práxis sob o foco de uma câmera   <b>Daniel Vitor de Castro</b>	423
A relação entre a luta sindical e a pauta pela democratização da comunicação   <b>Vanessa Galassi</b>	434
<b>AS ORGANIZADORAS E OS ORGANIZADORES</b> .....	445
<b>AS AÇTORES E OS AÇTORES</b> .....	446
<b>AS ILUSTRAÇÕES E AS FOTOGRAFIAS</b> .....	451

**PARTE II**

**TRAJETÓRIAS**

**REFLEXÕES**



**DE LUTA PELO DIREITO HUMANO  
A PARTICIPAÇÃO E A INFORMAÇÃO**

COMUNICAÇÃO ACHADA NA RUA

# DEMOCRATIZE

POR UMA COMUNICAÇÃO MAIS DEMOCRATIZADA



DIREITOS HUMANOS, INFORMAÇÃO, MÍDIAS SOCIAIS

# CONQUISTAS

# Histórico da comunicação popular e contra-hegemônica do MST

Solange I. Engelmann  
Ana Iris Nogueira Pacheco

## Resumo

Aliado à luta histórica pela terra e no rompimento às cerca dos latifúndios, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desenvolve processos de comunicação populares e autônomos para a visibilidade das suas lutas sociais e combate à hegemonia do capital na sociedade. Diante disso, o artigo apresenta um resgate acerca da trajetória comunicativa do MST, identificado-a como uma estratégia política, que acompanha as mudanças conjunturais de luta dos trabalhadores rurais Sem Terra. E desempenha papel central na construção de uma narrativa contra-hegemônica em torno de um projeto de Reforma Agrária Popular para o desenvolvimento do campo brasileiro e transformações sociais.

**Palavras-chaves:** História. Comunicação popular. Comunicação contra-hegemônica. Movimento Sem Terra. Reforma Agrária.

## Introdução

Criado oficialmente em 1984, no Paraná, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pauta a necessidade da luta pela terra e da Reforma Agrária<sup>1</sup> no Brasil, chamando atenção para o problema dos sem-terra e da concentração fundiária. Bem como torna-se um importante representante da classe trabalhadora na luta de classes, e vem atuando no “[...] conjunto da sociedade brasileira como um sujeito histórico coletivo que desvela as desigualdades sociais e revela o conflito existente entre as classes sociais, dominantes e dominadas no país”. (GOHN, 2000, p.154).

Diante disso, o MST se apresenta como uma organização importante para análise das estratégias de comunicação dos movimentos populares, na luta pela democratização dos meios de comunicação e desenvolvimento de processos de comunicação populares e autônomos para a visibilidade das lutas sociais e combate à hegemonia do capital na

---

<sup>1</sup> Neste trabalho nos reportamos ao termo com as iniciais em maiúsculo uma vez que a luta por reforma agrária representa a bandeira de luta central do MST.

sociedade. Contudo, na formação histórica do MST, seu processo comunicativo vincula-se as estratégias políticas e organizativas desse Movimento, sendo modificadas mediante as mudanças estruturais nos processos de luta, procurando estruturar uma política de comunicação dos trabalhadores Sem Terra.

Nesse sentido, apresentamos uma discussão teórica em torno do conceito de hegemonia em Gramsci, em relação ao direito à comunicação e a prática de comunicação popular e contra-hegemônica. A seguir relacionamos esse debate ao resgate da trajetória de comunicação do MST, que há mais de 30 anos desenvolve um processo de comunicação popular na disputa contra-hegemônica de um projeto de Reforma Agrária para o país e busca de transformações sociais.

### **A comunicação popular na disputa contra-hegemônica**

A compreensão do MST sobre a comunicação como estratégia política-ideológica se desenvolve a partir da fundação enquanto organização nacional. De tal modo, os processos organizativos desempenham protagonismo significativo e colaborativo nas estratégias organizativas, no acesso ao povo sem-terra e na expansão do Movimento no território nacional, aliado à divulgação relativa à realidade da luta pela terra no Brasil. Pois, a partir da Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, em 1997, uma das maiores mobilizações populares da histórica política brasileira na década de 1990, o MST altera o cenário das lutas populares no país, forçando a entrada da pauta da Reforma Agrária na agenda do governo e se tornando um expressivo movimento da classe trabalhadora no questionamento de direitos sociais básicos, como a terra e o trabalho.

Para aprofundarmos a compreensão acerca da comunicação popular e a contrainformativa e contra-hegemônica na disputa da Reforma Agrária no Brasil passamos a discussão da problemática da hegemonia em Antônio Gramsci. Anderson (1986, p.65) salienta que o conceito de hegemonia se refere à estratégia política que surge no Ocidente em substituição a estratégia da revolução permanente – a partir do avanço do capitalismo e da complexificação da estrutura social (Estado e sociedade civil) – que perde espaço para a estratégia da guerra de posição: “A estratégia revolucionária de Gramsci torna-se uma longa guerra de trincheiras, imóvel, entre dois campos fixos, no qual um procura minar o outro

cultural e politicamente”. Os escritos de Gramsci apontam que o poder da burguesia no Ocidente se fundamenta, especialmente, na hegemonia cultural sobre o proletariado.

A direção de uma classe sobre os demais não se estabelece somente por meio das forças materiais de coerção e repressão do Estado, são necessários instrumentos de debate e persuasão em torno das questões sociais, por meio da sociedade civil, ou seja, no plano das ideias. Nesse sentido, a luta pela hegemonia volta-se para a conquista de um consenso e da liderança cultural, política e ideológica de uma classe sobre as outras, tendo como estratégia a guerra de posição pelas classes dominadas – classe trabalhadora. A criação de um consenso contra-hegemônico deve concentrar-se na disputa do monopólio dos instrumentos de formação de consenso, como a imprensa, os partidos políticos, os sindicatos, etc., pois o controle desses aparatos pela classe dominante impede a participação das classes dominadas (classe trabalhadora rural e urbana) e reduz os espaços de expressão e participação da maioria da população no debate de ideias na mídia, bem como restringe a difusão de novos discursos na esfera pública, que se contrapõem à lógica hegemônica da classe dominante, do mercado e dos oligopólios midiáticos.

Nesse contexto, Moraes (2010) alerta que o principal desafio da classe trabalhadora se encontra no desenvolvimento de mecanismos e canais de contra-hegemonia para a divulgação de concepções ideológicas e demandas dos grupos populares, para a construção de um consenso contra-hegemônico capaz de auxiliar na transformação das relações sociais, de poder e no rompimento da lógica da sociedade capitalista. Para tanto, se torna necessário à organização da classe trabalhadora para a criação de mecanismos de pressão aos governos para a implantação de políticas públicas de democratização dos meios de comunicação, com o fim do monopólio e incentivos à comunicação popular, alternativa e comunitária.

Cabe às políticas públicas estabelecer mecanismos consistentes de descentralização dos sistemas de comunicação, tanto para democratizar o regime de concessão de canais de rádio e televisão, quanto para incentivar meios comunitários e locais, a produção audiovisual independente, a criação cultural não mercantilizada e a aplicação de tecnologias digitais nos processos educacionais e científicos. (MORAES, 2010, p.73-74).

Portanto, os meios de comunicação atuam como aparatos ideológicos na construção e manutenção de um consenso e na disputa da hegemonia cultural da classe dominante

sobre a classe trabalhadora (classe dominada). Desse modo, a luta contra a dominação e exploração da classe dominante sobre os trabalhadores depende, essencialmente, da disputa dos meios de comunicação, para o embate político-ideológico e cultural em torno da hegemonia de classe e construção de um novo consenso.

A disputa dos meios da comunicação nas democracias contemporâneas está ligada a luta dos grupos sociais, especialmente os segmentos populares, pela conquista e garantia do direito à comunicação. Na concepção de Peruzzo (2007), esse direito supera a abordagem teórica tradicional que o concebe de forma reduzida, como o “direito ao acesso à informação ou como direito à liberdade de informação e de expressão”. A autora aponta que essa visão é renovada com a inclusão de uma concepção mais ampla que passa a contemplar a necessidade na garantia de acesso ao poder de comunicar.

As liberdades de informação e de expressão postas em questão na atualidade não dizem respeito apenas ao acesso da pessoa à informação como receptor, ao acesso à informação de qualidade irrefutável, nem apenas no direito de expressar-se por “quaisquer meios” – o que soa vago, mas de assegurar o direito de acesso do cidadão e de suas organizações coletivas aos meios de comunicação social na condição de emissores produtores e difusores – de conteúdos. Trata-se, pois, de democratizar o poder de comunicar (PERUZZO, 2007, p.11-12).

Todavia, a garantia ao direito à comunicação na atualidade não se restringe ao direito à liberdade de informação e de expressão, porém abarca o direito dos cidadãos e grupos coletivos no acesso democráticos aos canais de comunicação para produção e difusão de informações de seus interesses. Nesse sentido, o MST, no processo de luta entende a importância em aliar a luta pela terra à luta pela democratização dos meios de comunicação, para a conquista do direito ao poder de comunicar na sociedade, por meio de canais de comunicação, buscando estabelecer um debate em torno do seu projeto de Reforma Agrária e de mudanças sociais para o país.

Ao longo de mais de 30 anos de luta a criação de veículos de comunicação populares pelos Sem Terra, como o *Jornal Sem Terra (JST)* e a organização de um setor de comunicação evidenciam que o MST percebe a necessidade em buscar o direito à comunicação por meio da disputa em alguns canais e organizar meios comunicativos, desenvolvendo uma política de comunicação popular, como aponta Peruzzo (2006), voltada à criação de canais

autônomos de comunicação para auxiliar em processos organizativos, na mobilização dos trabalhadores Sem Terra e na luta por direitos sociais e políticos, com base na ação política de luta massiva. “Ao longo de nossa história, estamos desenvolvendo uma comunicação que tem por objetivo organizar e mobilizar, ser ferramenta de educação do povo, divulgar e agitar as pessoas na luta pela Reforma Agrária e por um Projeto Popular para o Brasil” (MST, 2001, p.134).

A política de comunicação desse Movimento concentra-se na consolidação enquanto organização de massa no território nacional, estímulo à mobilização de sua base social, pressão aos governos e na difusão de seu projeto popular para o país, junto aos segmentos populares da população urbana. Nesse contexto, a comunicação popular adquire maior importância diante da necessidade na legitimidade da luta pela terra na mediação com a população e a necessidade de apoio da classe trabalhadora urbana ao projeto de Reforma Agrária do MST.

Após os anos 2000 os Sem Terra criam o setor de comunicação, com a função de construir as linhas políticas de atuação do MST na área da comunicação, orientar os debates dessa temática e coordenar a organização dos veículos e instrumentos de comunicação criados por este movimento. Nesse sentido, alguns documentos internos chamam atenção para a necessidade no uso das estratégias de comunicação popular e alternativa para difundir a realidade da luta pela terra, abarcando a visão de mundo dos trabalhadores Sem Terra. E recomendam que essas dinâmicas comunicativas devam vincular-se às linhas políticas do Movimento, tornando, nesse sentido, os trabalhadores em sujeitos ativos e críticos dos processos de produção e gestão da informação e comunicação.

Berger (2003) considera que o processo de comunicação do MST encontra-se subordinado às diretrizes políticas dessa organização. Para ela, se verifica um estímulo por parte desse Movimento, não somente no campo de organização da informação, mas também na formação de quadros políticos nessa área, procurando estruturar uma política de comunicação dos trabalhadores Sem Terra e formar seus próprios militantes comunicadores. Em 2013, através de uma parceria entre a Via Campesina e a Universidade Federal do Ceará (UFC), se formaram 44 jornalistas, ligado ao MST e ao Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), na primeira turma de “Jornalismo da Terra”. Ao longo do processo histórico

o setor de comunicação também desenvolve cursos de formação política, oficinas em várias práticas de comunicação e um conjunto de debates acerca dessa temática na luta pela terra e mudanças sociais.

Desse modo, o MST busca manter uma relação estreita entre sua linha política, na conjuntura da luta pela terra e a realidade dos Sem Terra, com o desenvolvimento da sua política de comunicação popular e alternativa. E entre a década de 1980 e os anos 2000, o Movimento cria vários veículos de comunicação populares e alternativos, com abrangência nacional, estadual e regional.

**Jornal Sem Terra** – O JST foi o precursor dos meios de comunicação e processos comunicativos do MST. Desenvolve-se antes da fundação da organização em 1981, no Rio Grande do Sul, em formato de boletim informativo com circulação semanal, no acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta (RS). O objetivo era romper a barreira física imposta pelo exército durante a ditadura militar e promover a mediação com a sociedade local acerca da realidade dos trabalhadores Sem Terra e suas demandas de luta. Em 1986, o jornal ganhou o prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo por se destacar na luta pelos direitos humanos e na democratização da comunicação. E, após 30 anos continua circulando como veículo de comunicação oficial do MST, priorizando o diálogo com sua base social (MST, 2010). O JST possui importância histórica para o MST por se destacar na construção da identidade dos trabalhadores Sem Terra e na mobilização de sua base social. Sua função segue sendo informar a sociedade sobre a realidade do MST, suas lutas e ações, e manter sua base social informada sobre as lutas da classe trabalhadora, em andamento no país.

**Rádios comunitárias** – Outro meio de comunicação apropriado historicamente pelo MST são as rádios comunitárias, que possuem maior facilidade em atingir os segmentos populares e se tornam um dos principais meios de acesso à informação para a classe trabalhadora rural e urbana. O MST utiliza o rádio ainda na década de 1980 para produzir e veicular programas semanais de alcance nacional, na Rádio Aparecida – da rede católica e em rádios comerciais, bem como instalar rádios-poste em acampamentos para auxiliar na comunicação com sua base social. Para melhorar a comunicação entre as famílias Sem Terra e a sociedade, a partir da década de 1990, o MST inicia a organização de cursos e oficinas

para a capacitação de militantes e instalação de rádios comunitárias em vários assentamentos e acampamentos pelo país. É desenvolvida a experiência em produção de programas de rádio, como o programa “Vozes da Terra” e a montagem de rádios em mobilizações massivas, na qual se destaca a “Rádio Brasil em Movimento”, organizada durante a Marcha Nacional do MST, em 2005, e no 5º Congresso Nacional do MST, em 2007.

O MST avalia que a organização das rádios comunitárias nos acampamentos e assentamentos melhora a comunicação interna da base e abastece a sociedade local com informações sobre o cotidiano das famílias Sem Terra e a realidade sobre a luta pela Reforma Agrária. “Há uma compreensão e decisão política do MST de ampliar o número de rádios em assentamentos e acampamentos para avançar na relação com o conjunto das famílias Sem Terra e com a sociedade em geral” (MST, 2010, p.39). A problemática central em relação à ampliação das rádios comunitárias no país se concentra na legislação de Radiodifusão Comunitária no Brasil<sup>2</sup>, ultrapassada e que não atende as necessidades do campo. Historicamente no país verifica-se um processo de criminalização das rádios comunitárias por parte das rádios comerciais e do Estado brasileiro, que nos últimos anos tem fechado muitas rádios do MST.

**Revista Sem Terra** – A Revista foi criada pelo MST em 1997, com o intuito de produzir um conteúdo mais elaborado sobre a questão agrária, para abastecer o público apoiador da Reforma Agrária, principalmente as organizações populares, intelectuais, professores, profissionais liberais, entre outros, da classe trabalhadora urbana e colaborar na formação de militantes. Suas temáticas giram em torno de pautas conjunturais, questão agrária, assuntos de caráter internacional de interesse do MST e dos segmentos populares. O objetivo central era fazer o contraponto à mídia burguesa. “[...] Para que a sociedade defenda a Reforma Agrária e apoie as mobilizações sociais e ações governamentais contra a existência e perpetuação do latifúndio é essencial que os moradores das cidades compreendam os problemas do campo [...]”. (MST, 2010, p.25).

Devido às dificuldades financeiras e criação de outros veículos de comunicação, a partir de 2011 a Revista se torna um veículo de edição especial, sendo publicada somente em

---

<sup>2</sup> O serviço de Radiodifusão Comunitária foi criado pela Lei 9.612, de 1998, e trata da radiodifusão sonora, em frequência modulada, que deve ser operada em baixa potência de 25 *watts* e cobertura restrita a um raio de 1 km (BRASIL, 1998).

ocasiões, em que o MST considera importante discutir mais profundamente alguma temática de seu interesse com a sociedade.

Com o progresso da *internet* e das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) no Brasil, e a necessidade em romper com o silenciamento e a criminalização imposta pelos oligopólios midiáticos brasileiros aos movimentos populares brasileiros, a *internet* é vista como um novo canal de informação e comunicação para a difusão direta de informações pelo MST na mediação com a sociedade. Nesse intuito, o Movimento organiza e mantém um conjunto de aparatos comunicativos voltados para o dialogo com a sociedade, por meio do ambiente do ciberespaço: portal virtual, coletivo de audiovisual, perfil em redes sociais, etc.

**Página virtual do MST** – Desde 1997, o MST mantém uma página virtual<sup>3</sup>, por meio da qual centraliza a divulgação de suas reivindicações e busca ampliar o debate com a sociedade em torno do projeto de Reforma Agrária no Brasil. Entre 2003 e 2015 o portal foi reformulado, adquirindo atualização diária com diversos conteúdos: reportagens, artigos, entrevistas, poesias, informações sobre a história e funcionamento do Movimento; biblioteca virtual sobre a questão agrária brasileira; coberturas especiais; página Sem Terrinha; entre outras informações em texto, vídeos, publicações, inclusive impressas, como o Jornal Sem Terra. A criação do portal do MST faz parte de uma definição política desse Movimento na tentativa de ampliar a mediação com a população e fortalecer alianças com os segmentos populares urbanos. Os Sem Terra pretendem tornar sua página virtual em um espaço de referência relativo à luta pela terra e o debate da Reforma Agrária Popular. “[...] a nossa página deve ser referência e fonte de informação para a discussão sobre os modelos de agricultura (agronegócio contra pequena agricultura), a Reforma Agrária, a luta dos trabalhadores rurais Sem Terra e as realizações do MST [...]” (MST, 2010, p.20).

Uma das potencialidades do portal é a de que os conteúdos (informações, imagens, áudios, vídeos, etc.) podem ser produzidos e difundidos pelos próprios Sem Terra, mediante processos e praticas comunicativas populares, aparentemente isento de filtros externos. Com a preocupação em desenvolver um sistema de comunicação popular, centrado na mobilização e educação dos trabalhadores Sem Terra, pressão aos governos e difusão do projeto popular para o país, o portal auxilia no estímulo à organização social e legitimidade

---

<sup>3</sup> Disponível em: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>.

do MST em nível nacional e internacional. Desse modo, a página virtual do Movimento Sem Terra se torna um canal estratégico de comunicação e informação na mediação com a sociedade, assumindo a posição de porta-voz do MST e se tornando espaço de referência no debate público sobre a Reforma Agrária no Brasil (ENGELMANN, 2013).

**Audiovisual** – com o avanço tecnológico os Sem Terra se apropriaram da linguagem audiovisual buscando retratar a realidade da luta pela terra no país. A partir do processo de produção do filme “Lutar Sempre! – 5º Congresso Nacional do MST”, em 2007, desenvolve-se a experiência da Brigada de Audiovisual da Via Campesina (2010). O coletivo realiza um trabalho de capacitação de militantes dos movimentos sociais que integram da Via Campesina no Brasil para a produção audiovisual, como base em uma linguagem da classe trabalhadora, que aborda a prática de luta e os processos coletivos dos trabalhadores do campo como protagonistas. No caso específico do MST, o foco se concentra na produção audiovisual sobre as lutas e as conquistas dos trabalhadores Sem Terra, para o suporte comunicativo no debate político e nos processos formativos. Essa produção audiovisual utiliza uma linguagem audiovisual crítica vinculada à realidade dos movimentos sociais populares, com reflexões aprofundadas sobre os problemas sociais e a realidade dos trabalhadores do campo, voltada à construção de um sujeito coletivo no processo de conscientização da classe trabalhadora. A produção audiovisual do MST é divulgada na página do *youtube* do MST<sup>4</sup> e compartilhada no portal de *internet*.

**Redes sociais** – Percebendo as redes sociais como um novo canal para ampliar o acesso à sua página virtual e a mediação com os cidadãos no ciberespaço, o MST passa a utilizar esses espaços em 2006 com o *twitter*<sup>5</sup> e em 2011 com a criação de um perfil oficial no *facebook*<sup>6</sup>. Atualmente o MST mantém um conjunto de meios de comunicação popular em funcionamento, porém, ao mesmo tempo, direciona grande parte do seu processo de comunicação popular para as mídias digitais e as TIC's.

Ao possibilitar novos canais de informação e comunicação para a divulgação de demandas e ações na luta por direitos, busca de cidadania e contrainformação por parte dos movimentos populares, o MST se apropria das TIC's, mediante a difusão de seu processo de

---

<sup>4</sup> Disponível em: <[www.youtube.com/user/videosmst](http://www.youtube.com/user/videosmst)>.

<sup>5</sup> Disponível em: <[twitter.com/MST\\_Oficial](https://twitter.com/MST_Oficial)>.

<sup>6</sup> Disponível em: <[www.facebook.com/MovimentoSemTerra](https://www.facebook.com/MovimentoSemTerra)>.

comunicação popular, adquirindo posição ativa na mediação com a opinião pública e na contrainformação à hegemonia burguesa, na medida em que essas tecnologias possibilitam ultrapassar o filtro ideológico do oligopólio midiático e efetivam o acesso a uma parcela da população presente na rede digital. O Sem Terra se utilizam assim, das mídias digitais para ampliar a difusão quanto à realidade da luta pela terra no campo, suas reivindicações e a circulação na opinião pública em torno do debate sobre a necessidade da Reforma Agrária no país.

Porém, como as TIC's e a *internet* surgem como produtos de uma sociedade capitalista globalizada, inseridos na lógica de concentração, exploração do capital e reprodução das desigualdades intrínsecas a esse modelo de sociedade, entre outros fatores. Para além dos dispositivos tecnológicos midiáticos apropriados e readequados para atender as demandas dos trabalhadores do campo, no contexto da comunicação popular, o MST também organiza processos simbólicos de comunicação não-midiáticas, como assessoria de comunicação, marchas, palavras de ordem, atividades culturais como a prática teatral e de agitação e propaganda, mostras e festivais de música e poesia, cursos formativos, entre outros.

**Assessoria de Imprensa** – Ao longo da sua formação histórica o MST vem sendo tratado pelos oligopólios midiáticos tradicionais brasileiros, hora mediante uma cobertura negativa e em grande parte, enfrentando a manipulação e a criminalização desses meios. Conforme estudos de Gohn (2000), Berger (2003) e o Intervezes (2011), ao analisar o caráter do discurso jornalístico da imprensa burguesa sobre o MST conclui-se que os oligopólios da comunicação produzem uma cobertura tendenciosa e/ou negativa sobre o MST, suas demandas e ações, abordando a luta do MST como ilegal e qualificando os Sem Terra como um “bando fora da lei”.

Procurando enfrentar este cenário, a partir de 2004 o MST inicia a organização de uma rede nacional de assessoria de imprensa com comunicadores em grandes centros como, São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, bem como outros estados, em que o MST possui maior capacidade de mobilização e expressão. Esses comunicadores se tornam referência para a imprensa nos estados, facilitando a busca de informações sobre o MST e estabelecendo uma relação de maior profissionalismo com a imprensa (GUINDANI; ENGELMANN, 2011).

Ainda que a apropriação das TIC's, o uso da *internet* e de práticas simbólicas não-midiáticas, por meio da organização histórica de processos de comunicação popular e contra-hegemônicos dos Sem Terra tenha possibilitado maior mediação, visibilidade e legitimidade das demandas e ações de luta do MST na população brasileira, principalmente entre as classes populares urbanas, percebe-se a compreensão do Movimento em relação aos limites desses aparatos comunicativos quanto ao poder de influencia social dos meios de comunicação de massa tradicionais brasileiros, que de modo geral, mantém-se como aparatos ideológicos privilegiados de hegemonia na formação de um consenso na sociedade, especialmente junto as populações mais pobres, com acesso restrito à educação, as TIC's e que, geralmente não participam de organizações e categorias coletivas de luta por direitos.

Para Peruzzo (2006, p.31), as mudanças no sistema convencional de informação, provocadas pela *internet* não foram suficientes até o momento para superar o poder dos meios de comunicações de massa tradicionais e monopolizados nas relações sociais, disputa de poder e produção de consenso<sup>7</sup>, bem como não eliminam a necessidade em potencializar a construção de novos processos e práticas comunicativas populares, alternativos e comunitários (rádios comunitárias, jornais, TVs, teatro, etc.).

Contudo, a garantia do acesso à informação, o desenvolvimento de processos comunicativos populares e contra-hegemônicos e de expressão democráticas dos movimentos populares em luta por direitos sociais, políticos, entre outros, como o MST, segue dependendo, essencialmente de um processo de democratização da comunicação no Brasil, que elimine os oligopólios da comunicação, responsável pela difusão do pensamento hegemônico capitalista. A democracia necessita da criação de um sistema público de comunicação que estimule a pluralidade de ideias e visões de mundo e garanta o direito à comunicação e informação a todos os grupos sociais presentes na sociedade brasileira, principalmente as minorias excluídas e silenciadas pelos oligopólios midiáticos burgueses.

---

<sup>7</sup> A exemplo do ocorreu no Brasil em agosto deste ano, com um golpe contra a democracia brasileira, orquestrado pelo Congresso Nacional, judiciário e apoio da imprensa brasileira, que fez campanha e convocou protestos em defesa do afastamento da presidente Dilma Rousseff (PT).

## Considerações finais

Ao longo do processo histórico de formação e luta por terra, Reforma Agrária e direitos civis, políticos e, sobretudo, sociais, atualmente no país, o MST se torna um “sujeito coletivo” no desenvolvimento e na prática de processos de comunicação populares e contra-hegemônicos, ligados a sua linha política de atuação, na luta e mobilização social pela democratização da terra, pressão aos governos em relação ao desenvolvimento de um projeto de Reforma Agrária e na mediação com a sociedade.

Percebe-se que o avanço das TIC's e a apropriação dos Sem Terra por meio de práticas comunicativas populares, tornam possível um rompimento, ainda que limitado, à barreira editorial e ideológica relativa à circulação de informações negativas e cobertura de criminalização do MST, imposta anteriormente pelos oligopólios da mídia. De modo que, se utilizadas de forma crítica pelos movimentos sociais essas tecnologias apresentam uma possibilidade de liberdade de expressão e importante instrumento na luta pela democratização dos meios de comunicação no país.

Porém, compreende-se que a sociedade brasileira atual ainda não superou o poder dos meios de comunicação de massa tradicionais como aparatos ideológicos na produção de um consenso ideológico imposto pela hegemonia burguesa, principalmente da televisão. Ao mesmo tempo em que, as TIC's são um produto da sociedade capitalista globalizada, não estando isenta da lógica de acumulação do capital e da reprodução das relações de desigualdades entre os grupos sociais. Esse contexto exige a intensificação na luta pela democratização dos meios de comunicação e construção de uma comunicação pública que assegure a garantia ao direito à comunicação e expressão de todos os grupos sociais no debate público e busca de mudanças para o reestabelecimento de uma sociedade democrática.

## Referências

ANDERSON, P. **As antinomias de Antonio Gramsci**. São Paulo: Jorúês, 1986.

BENTES, I. **Mídia brasileira construiu narrativa novelizada do impeachment**. *The Intercept\_ Brasil*, Brasil, 01 set. 2016. Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/09/01/midia-brasileira-construiu-narrativa-novelizada-do-impeachment/>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

BERGER, C. **Campos em confronto: a terra e o texto**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BRASIL. **LEI nº 9.612**. Brasília: 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9612.htm)>. Acesso em: 01 dez. 2016.

ENGELMANN, S. I. **A página virtual do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) como instrumento de contrainformação na luta político-ideológica pela reforma agrária**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013.

GOHN, M. G. **Mídia, terceiro setor e MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GUINDANI, J. F.; ENGELMANN, S. I. A comunicação popular e alternativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: história e contexto de uma luta contra-hegemônica (MST). **Revista Brasileira de História da Mídia**. v. 1, n. 1, out.2011/mar.2012. p. 61-70. Disponível em: <[www.unicentro.br/rbhm/ed01/ed01artigos.asp](http://www.unicentro.br/rbhm/ed01/ed01artigos.asp)>. Acesso em: 28 nov. 2016.

INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Vozes silenciadas: a cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito**. São Paulo, 2011.

MORAES, D. de. Comunicação hegemônica e contra-hegemônica: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n.1, jan./jun. 2010, p. 54-77. Disponível em: <[www.seer.ufrgs.br/debates/article/view/12420/8298](http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/view/12420/8298)>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA . **Site oficial**. 2016a. Disponível em: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>. Acesso em: 25 nov. 2016.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Construindo o caminho**. São Paulo: MST, 2001.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Facebook oficial do MST**, 2016b. [Perfil oficial]. Disponível em: <[www.facebook.com/MovimentoSemTerra](http://www.facebook.com/MovimentoSemTerra)>. Acesso em: 26 nov. 2016.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Manual de redação para os veículos do MST**. São Paulo: documento interno MST, 2010.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Vídeos MST**. 2016c. Disponível em: <[www.youtube.com/user/videosmst](http://www.youtube.com/user/videosmst)>. Acesso em: 30 nov. 2016.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **@MST\_Oficial**. [Perfil oficial]. 2016d. Disponível em: <[twitter.com/MST\\_Oficial](https://twitter.com/MST_Oficial)>. Acesso em: 26 nov. 2016.

PERUZZO. M. C. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Lumina**, Juiz de Fora, v. 1, n.1, jun. 2007, p. 01-29. Disponível em: <[www.ppgcomufjf.bem-vindo.net/lumina](http://www.ppgcomufjf.bem-vindo.net/lumina)>. Acesso em: 23 nov. 2016.

PERUZZO. M. C. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Pesquisa Comunicação para Cidadania. **Anais...** Brasília-DF. INTERCOM/UnB, p. 1-17, set. 2006. Disponível em: <[www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf](http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2016.

 **O DIREITO  
ACHADO NA RUA**

**LAPCOM**  
LABORATÓRIO DE POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO



A Mídia  
Golpista  
mata todo  
DIA!

